

**Mariana Mazzini Marcondes** - Professora do Departamento de Administração Pública e Gestão Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Coordenadora do Programa de Extensão Observatório das Desigualdades da UFRN.

**Bruno Lazzarotti Diniz Costa** - Pesquisador e Professor da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela UFMG. Coordenador do Observatório das Desigualdades (FJP/CORECON-MG)

**Josiane Silva de Oliveira** - Professora do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (PPA/UEM) e do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Goiás (PPGADM/UFG) e Pesquisadora no Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da Universidade Estadual de Maringá (NEIAB/UEM).

Muitos são os problemas públicos que desafiam projetos de desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Brasil, que possam garantir direitos humanos (individuais e coletivos) e promover justiça social. As desigualdades configuram-se, contudo, no maior desses desafios, inclusive porque elas atravessam todos os demais problemas sociais e limitam a capacidade estatal de garantir direitos e implementar políticas públicas.

A formação social brasileira torna o enfrentamento às desigualdades tão mais crítico quanto difícil, pois, no nosso caso, elas não se constituem um desvio ou um "defeito" no desenvolvimento, mas um elemento constitutivo central: foi sobre estruturas rígidas e violentas de hierarquia e de dominação - e da resistência a elas - que se constituiu, e se constitui, o Estado-Nação no Brasil.

Desigualdades devem ser entendidas no plural (COSTA; SILVA, 2020). Isso porque elas são multicausais, ou seja, possuem múltiplas causas (ex.: relações de classe, gênero, raça e etnia) que, inclusive, interseccionam-se na estruturação da sociedade, portanto se constituindo como um fenômeno multidimensional (desigualdade de renda, educacional, política etc.) (MARCONDES *et al*, 2021). As desigualdades podem ser sociais, mas também territoriais, sendo essa última um desdobramento especialmente importante para pensarmos o desenvolvimento regional do Nordeste, assim como da produção e organização de nossas cidades.

Para enfrentar desigualdades é necessário que a sociedade e o Estado comprometam-se com esse objetivo e confirmem a ele prioridade (COSTA; SILVA, 2020). O conhecimento sobre desigualdades e ações públicas para o enfrentamento é uma ferramenta importante nesse processo (MARCONDES *et al*, 2021). Partindo desse pressuposto, iniciativas como os Observatórios das Desigualdades da Fundação João Pinheiro e da UFRN foram criados.

A atuação dos observatórios das desigualdades visa promover iniciativas de extensão, pesquisa e ensino nas universidades que contribuam com o fomento de discussões teóricas, metodológicas e práticas para subsidiar o combate das desigualdades. Nesse sentido, parcerias com o intuito de produzir espaços de discussões sobre essa temática se tornam profícuas por proporcionar articulações e conexões entre pesquisadoras e pesquisadores que têm as desigualdades como objeto de estudos e de atuação.

Foi, ainda, nesse espírito que a Revista INTERFACE realizou uma edição especial para tratar do tema de desigualdades, e que hoje chega até nossas leitoras e

leitores. Os nove trabalhos selecionados para esta edição especial aliam qualidade científica com o compromisso de pensar criticamente sobre desigualdades para subsidiar alternativas para superá-las. Passamos a apresentar cada um deles.

O trabalho de Carla Bronzo, **Uma reflexão em torno das ideias de justiça social: do abstrato do véu da ignorância ao concreto da proteção social**, inicia esta publicação propondo uma reflexão sobre as ideias de justiça social, em um esforço para articular noções como as de justiça, direitos e sistemas de proteção social, entendendo que a forma como são concebidas podem tanto produzir e reproduzir desigualdades, quanto enfrentá-las. A autora discute as disputas de narrativas que são travadas em torno do Estado de Bem Estar Social, que possui especificidades históricas e conjunturais, auxiliando a refletir, a partir do passado e do presente, sobre o futuro.

A questão indígena é um tema que remonta à própria formação da nação Brasileira, fundamentada em violência e exploração contra os povos originais. É, ainda, um tema mais atual do que nunca, em uma conjuntura política em que disputas entre comunidades indígenas e setores agrícolas e extrativistas, como de mineração e madeiras, colocam em xeque a autodeterminação e a sobrevivência dessas comunidades, sem que haja políticas federais que as respaldem. É esse o tema do segundo artigo dessa publicação, uma co-autoria de *Ana Claudia Pedrosa de Oliveira, Andreia Santos de Paes e Lucivânia Ripardo da Silva*, que discute a saúde indígena no Rio Purus (Amazonas): **Saúde indígena no médio Rio Purus, Amazonas: os desafios na provisão de um serviço equânime**.

A relação entre comunidades e território abrange quem luta para ficar, mas também quem voluntária ou involuntariamente se desloca, a exemplo de pessoas refugiadas e imigrantes. Em **Dinâmicas migratórias no sul global: por um processo de integração baseado na economia solidária**, *Antonio Fagner da S. Bastos, Sérgio C. Benício de Mello e Gabriel Benício de Mello* propõem um arcabouço conceitual para refletir sobre as dinâmicas migratórias no Sul Global, considerando razões para migrar, vulnerabilidades que emergem no processo de deslocamento e estratégias para integração, a exemplo de iniciativas de economia solidária.

Um dos temas clássicos na agenda teórica e política sobre desigualdades é o da educação. É essa a problemática comum dos dois próximos artigos da publicação. Como se distribuem insumos nas escolas e qual é seu impacto sobre desigualdades educacionais é o foco do artigo de *Luisa Almeida Sousa, Bruno Lazzarotti Diniz Costa, Victor Barcelos Ferreira e Reinaldo Carvalho de Moraes*, intitulado **A distribuição de insumos escolares e seu impacto sobre a desigualdade educacional: uma análise do efeito professor sobre o 9º ano da rede pública de Minas Gerais**. O trabalho investiga, a partir de uma análise estatística, os efeitos que docentes produzem sobre o ensino na rede pública em Minas Gerais e como a qualidade docente é regressivamente distribuída no sistema educacional.

Minas Gerais é também o cenário da análise do artigo de *Igor Adolfo Assaf Mendes, Bruno Lazzarotti Diniz Costa, Marcos Fernando Arcanjo de Assis*, denominado **Equidade, recursos familiares e oportunidades educacionais em Minas Gerais: um estudo das transições escolares em 2009 e 2013**, que discute como oportunidades educacionais são distribuídas, considerando a relação entre transições entre diferentes etapas da escolarização e patamares de desigualdades educacionais, abandono escolar e perfil de concluintes.

Enquanto a educação e desigualdades é um tema muito discutido e analisado, há questões sobre as quais se construiu uma interdição no debate sobre políticas públicas, ainda que isso produza desigualdades e resulte em mortes evitáveis de mulheres. É o caso do aborto, prática criminalizada no Brasil, e cuja reivindicação para que seja discriminalizado e legalizado é uma demanda histórica dos movimentos feministas. Em **O atendimento ao aborto legal enquanto política pública: avanços, obstáculos e retrocessos no Brasil**, *Maria Clara de Mendonça Maia e Leticia Amédée Péret de Resende* discutem a questão, refletindo sobre avanços, obstáculos e retrocessos no atendimento ao aborto legal como uma política pública, enfocando os casos previstos em lei, ou seja, legalizados (estupro, risco de vida da mãe e anencefalia). O trabalho aponta que, mesmo nesses casos, desafios persistem para garantir o acesso a esse direito a todas as mulheres, especialmente em um contexto de ascensão do neoconservadorismo.

No repertório das desigualdades há, ainda, os temas emergentes. É o caso da exclusão digital. Analisar o perfil de usuários de internet e do governo eletrônico é o objetivo do artigo de *Johny Davyd Soares Barbosa, Flávio Perazzo Barbosa Mota, Jaedson Gomes dos Santos, Hugo Barroso Silva de Menezes, Martha Araújo da Silva*, denominado **Exclusão digital: uma análise a partir do perfil de usuários de internet e governo eletrônico no Brasil**, desenvolvido a partir da análise dos dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC). Finalmente, se queremos enfrentar desigualdades por meio da ação estatal é necessário pensarmos tanto a política tributária, quanto o orçamento público. São esses, respectivamente, os temas dos dois últimos artigos da publicação.

A tributação de renda e patrimônio e medidas como a tributação de grandes fortunas e redução tributária para pessoas mais pobres como instrumentos de redução de desigualdades no Brasil é o escopo de análise de *William Eufrásio Nunes Pereira e Valdenya Pereira da Silva*. O artigo, intitulado **Tributação de renda e patrimônio, com ênfase no imposto sobre grandes fortunas, como instrumento de redução das desigualdades no Brasil**, argumenta que a progressividade é uma peça fundamental para isso porque, além de promover justiça tributária, também garante recursos para financiar políticas públicas, sem penalizar de forma desproporcional os grupos mais vulneráveis da população.

Elaine de Melo Xavier e Júlia Alves Marinho Rodrigues, em **Orçamento mulher: possibilidades e limites do orçamento sensível a gênero no Brasil** dedicam-se ao tema do Orçamento Sensível a Gênero (OSG), enfocando desde suas origens até as experiências nacionais, especialmente o Orçamento Mulher, uma iniciativa do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), em parceria com organizações de mulheres negras e de feministas, e que é uma referência no tema, ainda que sua institucionalização tenha enfrentado percalços conjunturais.

As autoras e os autores são diversas e diversos em relação a suas trajetórias profissionais e acadêmicas, ou instituições e territórios aos quais pertencem. Mas algo une elas e eles: o compromisso de pensar sobre desigualdades para superá-las. É por isso que desejamos às nossas leitoras e aos nossos leitores uma ótima leitura e que, a partir dela, possamos estimular o compromisso com o enfrentamento de desigualdades e promoção de direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; SILVA, Matheus Arcelo Fernandes (org.). Desigualdade para inconformados: Dimensões e enfrentamentos das desigualdades no Brasil. Rio Grande do Sul: Editora da Ufrgs, 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213590>. Acesso em: 19 out. 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213590>. Acesso em 05 de junho de 2022.

MARCONDES, Mariana Mazzini, et al. Ações públicas para o enfrentamento às desigualdades: uma introdução para o ensino, a pesquisa e a extensão no tema. IV Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. Anais... ENEPCP – ANEPCP: Salvador. Disponível em:

<https://www.even3.com.br/anais/enepcp2021/351462-acoes-publicas-para-o-enfrentamento-as-desigualdades--uma-introducao-para-o-ensino-a-pesquisa-e-a-extensao-no-te/> Acesso em 05 de junho de 2022.